



Ministério da Educação
Instituto Benjamin Constant
Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa
Coordenação de Cursos de Pós-Graduação

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL COM ÊNFASE EM DEFICIÊNCIA VISUAL

Av. Pasteur, 350/368 – Urca, Rio de Janeiro, RJ, CEP-22.290-240
Telefone: (21) 3478-4440
www.ibc.gov.br

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL COM ÊNFASE EM DEFICIÊNCIA VISUAL

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Nome do curso

Especialização em Educação Especial com ênfase em deficiência visual

1.2. Áreas do conhecimento no CNPq

Área: 7.08.00.00-6 Educação

Subárea: 7.08.04.00-1 Ensino-Aprendizagem

Especialidade 7.08.04.02-8 Métodos e técnicas de ensino

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Metodologia de avaliação da área

Participação e inclusão na sociedade, igualdade de oportunidades e equidade são temas que vêm sendo discutidos de forma acentuada nas últimas três décadas, relacionados aos direitos humanos e à aspectos da cultura, política, trabalho, educação e da valorização da diversidade humana. O Brasil tem avançado na promoção de alguns direitos das pessoas com deficiência, por meio de políticas públicas e leis que buscam valorizar a pessoa como cidadã, respeitando suas características, potencialidades e especificidades.

No que se refere ao campo da Educação, essa temática vem influenciando em algumas discussões e novos olhares sobre as práticas pedagógicas, perpassando cada vez mais a ideia de que a organização das mesmas precisa ser repensada como oportunidade para se recriar oportunidades e relações cotidianas mais equânimes entre pessoas e grupos sociais. Esse novo olhar gera a necessidade de mudanças em relação às práticas exercidas no ambiente escolar no âmbito da Educação Especial de modo a promover a inclusão.

Nesse contexto, acredita-se, o curso aqui proposto torna-se relevante, promovendo possibilidades éticas e proativas fundamentais para o exercício no espaço educativo. Tendo em vista que durante o curso de especialização o estudante poderá vivenciar a prática de uma escola especializada em Deficiência Visual, exercício fundamental para se pensar a inclusão, não só de pessoas com deficiência visual, mas de

todo o público da Educação Especial, a fim de promover a inclusão e assegurando uma especialização adequada, que inclua métodos, técnicas, possibilidades de ensino, estrutura e organização de um ambiente escolar inclusivo, para qualquer pessoa, independentemente de sua condição, com ênfase em deficiência visual.

2.2. Avaliação de demanda

A Especialização em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Visual, trata-se de uma demanda do Programa de Residência Docente do Instituto Benjamin Constant, criado no ano de 2003, com a finalidade de oferecer a professores de diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro a possibilidade de atuar no dia a dia de uma instituição especializada em Deficiência Visual, de modo que o residente possa se tornar multiplicador dos saberes produzidos durante a residência, retornando ao seu município de origem todo o conhecimento produzido no processo, de modo a favorecer a inclusão de estudantes com deficiência na rede regular de ensino. Tendo em vista esse compromisso político-social do PRDIBC, se faz necessário afirmar seu caráter formativo que se pretende legitimar no curso de Especialização em Educação Especial com ênfase em Deficiência Visual.

Desde aproximadamente a década de 1990 os avanços conceituais e legislativos no sentido da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, fazem emergir discussões sobre as mudanças requeridas na formação de docentes para o atendimento dessa nova demanda. As atuais condições da educação brasileira ainda não permitem incluir crianças e jovens com necessidades educacionais especiais no ensino regular sem uma formação especializada que ofereça aos professores dessas classes uma sólida orientação teórico-metodológica e prática. Para tanto, o quesito indispensável para a amenização desse quadro é, assim se pensa, além de uma melhor orientação orçamentária, a formação especializada e contínua dos docentes.

A formação docente especializada e a busca da qualidade do ensino para crianças e jovens com necessidades educacionais especiais envolvem, pelo menos, dois tipos de formação profissional: a primeira é a dos professores do ensino regular, através das licenciaturas, que conte com o conhecimento mínimo exigido, uma vez que há a possibilidade de lidarem com alunos com necessidades educacionais especiais; a segunda é a de professores-pesquisadores e especialistas nas variadas necessidades educacionais especiais, dentre elas a visual, que possam avançar nas pesquisas científicas e atender

diretamente os discentes com tais necessidades e/ou para auxiliar o professor do ensino regular em sala de aula.

A responsabilidade da Educação Profissional e Tecnológica em ofertar cursos de pós-graduação está fixada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 39) e na Lei n.º 11.892 de 2008 (Art. 7º, inciso VI, alínea d), ao estabelecer, entre os objetivos dos Institutos do Governo Federal, “ministrar em nível de educação superior cursos de pós-graduação Lato Sensu, visando à formação de especialistas nas diversas áreas do conhecimento”.

O Curso de Especialização em Educação Especial com ênfase em deficiência visual, do Instituto Benjamin Constant (IBC), em conformidade com os parâmetros legais e amparado no seu papel como instituição pública de ensino, pesquisa e extensão, atuante no campo da deficiência visual, ampliaria assim a formação continuada dos professores, cumprindo e reforçando as orientações e os objetivos previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015), contribuindo na especialização de quadros docentes mais aptos a desenvolverem pesquisas e novos conhecimentos e lidarem com as necessidades especiais dos estudantes público alvo da Educação Especial.

A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a temática da inclusão. Muitos dos professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma informação geral de estudantes de pedagogia e licenciaturas: “não fui preparado para lidar com crianças com deficiência”. O conhecimento, muitas vezes apenas teórico, recebido na formação inicial tende a afirmar uma insegurança, por parte dos professores, desse modo, muitos docentes demonstram uma lacuna em suas formações iniciais relacionada ao trabalho no campo da Educação Especial, fato que se confirma se visualizarmos a grade curricular dos cursos de licenciatura, destinada ao tema. Nesse sentido, consideramos importante se pensar em uma especialização, que possa oferecer de um modo amplo aos professores já formados uma experiência de vivência na Educação Especial com ênfase na deficiência visual.

Assim, o curso de Especialização em Educação Especial com ênfase em Deficiência Visual, torna-se uma oportunidade de formação continuada que se fundamenta como uma possibilidade para que professores possam relacionar o que aprenderam em sua formação inicial, com o exercício docente, e outras práticas que só são possíveis de serem experimentadas no fazer da escola. Desse modo o curso assume

um compromisso com a formação teórica e prática de modo simultâneo, em que o saber acadêmico se integra ao saber da vivência, possibilitando formas de conhecimentos mais horizontais.

3. HISTÓRICO DO IBC

A instituição, com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, foi criada pelo Imperador D. Pedro II, através do Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854. Foi inaugurada, solenemente, no dia 17 de setembro do mesmo ano, na presença do Imperador, da Imperatriz e de todo o Ministério.

O Instituto Benjamin Constant nasceu na verdade do sonho de um adolescente chamado José Álvares de Azevedo que, em 1850, decidiu iniciar uma verdadeira cruzada no Brasil em prol das pessoas fadadas à exclusão social pelo fato de não enxergarem. Depois de estudar seis anos em Paris, José Álvares voltou ao Brasil determinado a difundir o Braille e a lutar pela criação de uma escola nos mesmos moldes daquela em que ele havia estudado na França. Após conseguir uma audiência com o Imperador Pedro II, o qual ficou muito impressionado com a demonstração do Sistema Braille, Álvares de Azevedo apresentou a proposta de se criar no Brasil uma escola semelhante à de Paris.

Da autorização de criação à inauguração da escola passaram-se apenas quatro anos. No dia 17 de setembro de 1854 seria inaugurada, na Rua do Lazareto, nº 3, no bairro da Gamboa, Rio de Janeiro, a instituição pioneira na educação especial da América Latina: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. O ato da inauguração aconteceu, contudo, sem a presença justamente daquele que conseguiu transformar em realidade o seu sonho e a vida de tantos brasileiros. Seis meses antes, Álvares de Azevedo havia morrido, vítima de tuberculose, aos 20 anos de idade.

Dez anos depois, o Instituto foi transferido para o número 17 da Praça da Aclamação, o atual Campo de Santana. Com o advento da República, a escola passou a se chamar Instituto dos Meninos Cegos e, pouco tempo depois, Instituto Nacional dos Cegos.

O aumento do número de alunos, vindos de todos os estados brasileiros, exigiu novas instalações. Para atender à demanda crescente, foi idealizada e construída a sede atual, no Bairro da Urca. A mudança definitiva para o majestoso prédio de estilo neoclássico localizado na antiga Praia da Saudade, hoje Praia Vermelha, aconteceu no dia 26 de fevereiro de 1891, poucos meses antes do decreto que mudou novamente o nome da instituição para Instituto Benjamin Constant, que permanece até hoje.

Atualmente, o Instituto Benjamin Constant é mais do que uma escola que atende crianças e adolescentes cegos, surdo-cegos, com baixa visão e deficiência múltipla; é também um centro de referência, a nível nacional, para questões da deficiência visual, capacitando profissionais e assessorando instituições públicas e privadas nessa área, além de reabilitar pessoas que perderam ou estão em processo de perda da visão.

Ao longo dos anos, o IBC tornou-se também um centro de pesquisas médicas no campo da Oftalmologia, possuindo um dos programas de residência médica mais respeitados do País.

Através desse programa, presta serviços de atendimento médico à população, realizando consultas, exames e cirurgias oftalmológicas.

Com um corpo docente altamente qualificado e diversificado, o Instituto é comprometido também com a produção e difusão da pesquisa acadêmica no campo da Educação Especial. Através da Imprensa Braille, edita e imprime livros e revistas em Braille, além de contar com um farto acervo eletrônico de publicações científicas.

Centro de referência nacional na área da deficiência visual, O IBC teve suas atribuições e competências ampliadas a partir de 2018, com mudanças no seu regimento oficializadas pelo MEC, através da Portaria nº 310, de 03 de abril de 2018, passando a oferecer também programas de pós-graduação *stricto* e *lato sensu*. Também a Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), em seu art. 2º, inciso IV, permite que instituições que desenvolvam pesquisas científicas ou tecnológicas de reconhecida qualidade, mediante credenciamento exclusivo pelo CNE, possam oferecer cursos de especialização.

Após as mudanças em seu regimento, a primeira ação concreta foi a criação do Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE), como *locus* de incentivo à pesquisa, à extensão e à formação continuada na área da deficiência visual (DV) em cursos de extensão, aperfeiçoamento e pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Visando à disseminação do conhecimento, o DPPE organiza e edita publicações acadêmicas e técnico-científicas na área da DV, promove eventos e mantém acervo técnico-científico em sua biblioteca especializada. O departamento desenvolve também programas de estágios, voluntariado e residência. Dentre esses destacamos o Programa de Residência Docente do Instituto Benjamin Constant (PRDIBC), voltado para a imersão do profissional licenciado, em início de carreira, no cotidiano de uma escola especializada em deficiência visual, complementando sua formação.

Cabe aqui ressaltar a importância que tem, neste momento, a criação do Curso de Especialização em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Visual, como parte dessa renovação e fortalecimento do papel do Instituto Benjamin Constant junto à sociedade, oferecendo formação de nível superior, tanto para as pessoas que têm ou possam vir a ter deficiências visuais como também capacitando profissionais preocupados com o processo de inclusão pela educação formal.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

Possibilitar uma experiência prática, a nível de especialização, no cotidiano de uma escola especializada em Deficiência Visual, para se pensar a Educação Especial e suas possibilidades promovendo um olhar sensível por meio de um curso que inclua métodos, técnicas, possibilidades de ensino, estrutura e organização de um ambiente escolar inclusivo.

4.2. Objetivos Específicos

- Contribuir para o aprimoramento do desempenho de docentes recém-formados, no campo da Educação Especial de modo a favorecer uma escola inclusiva.
- Aperfeiçoar a competência profissional adquirida na graduação, no campo da Educação Especial com ênfase na deficiência visual
- Desenvolver estratégias pedagógicas apropriadas a realidade de estudantes com deficiência visual
- Capacitar os participantes para que possam agir como multiplicadores em seus ambientes educacionais, no que diz respeito a Educação Especial com ênfase na deficiência visual.
- Criar produtos acadêmicos, materiais inclusivos relacionados à prática docente, aplicáveis à realidade dos alunos com deficiência visual.
- Incentivar a produção científica por meio de pesquisas no campo do ensino e da educação especial, nomeadamente as relacionadas com a deficiência visual.
- Proporcionar aos profissionais da área de ensino instrumentos que favoreçam a concretização dos objetivos propostos nos programas escolares, cumprindo assim seus respectivos papéis como agentes de mudanças sociais.

5. INFORMAÇÕES DO CURSO

5.1. Concepção do curso

A concepção do curso anuncia-se e faz-se evidente desde já no nome que se atribui ao curso, a saber, Especialização em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Visual. Isto se dá, primeiro, com a menção à Educação Especial, indicativa de um curso cujo propósito é atuar, primordialmente, no âmbito da formação continuada de professores para atuar nessa modalidade de ensino.

Nesse sentido, e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial e continuada em vigor, o curso pretende ser um espaço propício para os profissionais interessados em desenvolver uma melhor compreensão da prática docente – suas e de outros – frente aos desafios que a realidade contemporânea lhes impõe, no que se refere especificamente ao público da Educação Especial, a partir da vivência em uma escola Especializada em Deficiência visual. Desse modo se acredita que a prática junto a estudantes com deficiência visual, e deficiências associadas a deficiência visual, tornar-se um dispositivo de pensamento potente para promoção a Educação Especial numa perspectiva inclusiva.

Para tanto, imagina-se uma pós-graduação que privilegia a investigação integrada aos fazeres da escola, que, para além da pesquisa tradicional e de cunho acadêmico, confere valor substantivo à vivência e ao aprendizado do professor, junto ao público da Educação Especial. Logo, trata-se aqui, de cultivar a formação de pós-graduandos aptos a analisar e interpretar a experiência docente e habilitados a produzirem conhecimento prático, teórico, metodológico e pedagógico, em conexão com tal experiência e suas respectivas análise e interpretação.

O Curso de Especialização em Educação Especial com Ênfase na Deficiência Visual tem a missão de propiciar uma experiência docente na área a que se propõe, é indiscutível que esse curso reivindica, também, a responsabilidade de oferecer aos pós-graduandos a oportunidade de aprofundarem seus conhecimentos numa perspectiva de educação inclusiva. abrindo um amplo espaço para a reflexão e análise de práticas que possibilitam uma educação inclusiva, importante quando pensamos na educação como um direito de todos independentes da condição de cada ser humano.

As disciplinas do curso são em sua maioria voltada para prática de ensino, numa concepção em que teoria e prática não se separam, visto que o próprio saber teórico se produz

na prática, se tornando teoria. Dessa forma, o curso em questão possibilita que uma vivência específica no Instituto Benjamin Constant, partindo de uma concepção de produção de conhecimento em rede, de modo que todo o conhecimento produzido no curso pode ser multiplicado de modo horizontal, contribuindo para a promoção de questões e práticas em diversas áreas das Humanidades, a partir das diversas possibilidades abertas para o estudo que a grade curricular pode proporcionar.

Nessa linha de compreensão do processo ensino-aprendizagem e da pesquisa, a organização do curso tenta seguir uma orientação singular, caracterizada pela interpenetração e associação das disciplinas de modo prático, que se complementam entre si. No lugar dos estritos limites disciplinares pensa-se em espaços de convívio, de diálogo, de intercâmbio e até de problematização de conhecimentos. No lugar das disciplinas especializadas, prima-se por disciplinas que agregam conhecimentos prévios e artificialmente isolados. No lugar do professor e do pós-graduando auto-suficientes, objetiva-se desenvolver um profissional capaz de reconhecer e apropriar-se das múltiplas relações conceituais que sua área de formação pode estabelecer com as outras ciências, capaz de, em última instância, partilhar o saber, abandonar as certezas estabelecidas e aventurar-se nas possibilidades que, com a prática de ensino para pessoas com deficiência visual nos mostra, assim como a própria ideia de inclusão, ainda tem muito a ser investigado e conhecido.

5.2. Coordenação do Curso

X.X.X.X.X.X.X.

5.3. Local do curso

Instituto Benjamin Constant (IBC) - Av. Pasteur, 350 / 368 - Urca, Rio de Janeiro – RJ, 22290-240.

5.4. Carga-horária

420 horas

5.5. Público-alvo

Professores atuantes de qualquer rede de ensino que desejem promover a inclusão e que estejam matriculados no Programa de Residência Docente do Instituto Benjamin Constant (PRDIBC)

5.6. Processo seletivo e periodicidade

O processo seletivo contemplará um mínimo de 10 e máximo de 15 vagas anuais. Será anual e de responsabilidade das prefeituras cadastradas no Programa de Residência Docente do IBC, considerando-se como pré-requisito mínimo para a participação no processo seletivo ser portador de diploma de curso superior, devidamente reconhecido pelo MEC. Todo o processo será conduzido e de responsabilidade das prefeituras. Orienta-se que cada prefeitura siga na seleção critérios de acordo com a demanda do município de modo que os profissionais selecionados possam servir de multiplicadores dos conhecimentos adquiridos durante o curso.

5.7. Condições de matrícula

Os(as) candidatos(as) aprovados(as) no processo seletivo das prefeituras deverão apresentar, no prazo estipulado, todos os documentos exigidos pelo programa. A confirmação da matrícula é o ato de vinculação do discente ao curso de pós-graduação.

A secretaria acadêmica do curso é responsável pela efetivação da matrícula e pela inscrição em disciplinas, de acordo com o cronograma divulgado em site oficial.

A não efetivação da matrícula no prazo fixado pelo cronograma do edital de seleção implica na desistência em matricular-se no curso.

O(a) discente realizará todo o seu curso sob o regime vigente na época da matrícula, desde que não tenha sido reprovado em alguma disciplina.

O(a) discente que concluir todas as disciplinas e estiver em fase de elaboração do trabalho de pesquisa, deve renovar a matrícula, inscrevendo-se na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

5.8. Sistema de Avaliação e Certificação

5.8.1 Sistema de Avaliação

A avaliação de aproveitamento nas disciplinas será realizada de forma continuada, conforme critérios estabelecidos nos respectivos planos de curso e de ensino e divulgados aos discentes no primeiro dia de aula da disciplina, e compreenderá avaliação de rendimento e apuração de assiduidade. O aproveitamento em cada disciplina será realizado a partir de uma ou mais avaliações, sob as formas de trabalhos, seminários, dentre outras, a critério do(a) professor(a) da disciplina, definidas na metodologia do plano de ensino.

O aproveitamento do(a) discente em cada disciplina será expresso por uma nota de 0 (zero) a 10 (dez). Será atribuído grau I (Incompleto) ao discente que, por motivo de força maior, e devidamente justificada, for impedido de completar as atividades da disciplina no período regular. Será atribuído grau AC (Aproveitamento de Créditos) ao discente que tenha cursado a disciplina em outra instituição e cujo aproveitamento tenha sido aprovado pela Comissão Deliberativa do Curso. Será considerado(a) aprovado(a) na disciplina o(a) discente que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência mínima de 75 % (setenta e cinco por cento).

Para os casos de reprovação estabelece-se o seguinte:

- a) A reprovação em 1 (uma) disciplina não impede o discente de seguir para a próxima.
- b) O discente reprovado em mais de 1 (uma) disciplina durante o curso ou reprovado mais de uma vez na mesma disciplina será desligado.

5.8.2 Certificação

Ao(A) discente aprovado(a) em todas as disciplinas do curso e no TCC será atribuído o Certificado de Especialista em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Visual. A expedição dos certificados estará condicionada ao que estiver disposto nas normas do DPPE.

5.9. Trabalho de Conclusão de Curso

A pesquisa é uma atividade essencial na produção e problematização de conhecimentos, e uma necessária no âmbito da Pós-Graduação. Essa concepção sinaliza para os processos formativos a serem materializados no Curso de Especialização em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Visual, proporcionando o desenvolvimento de atitudes e habilidades investigativas necessárias ao processo de produção do conhecimento e à formação do(a) especialista.

Nessa perspectiva, a organização curricular do curso contempla o desenvolvimento de pesquisa científica como recurso metodológico que perpassa diversas atividades curriculares e que serve como instrumento de avaliação do(a) discente. Essa caminhada começa com a disciplina de Seminário de Escrita e Produção, culminando na elaboração de um produto final, uma produção de natureza acadêmico-pedagógica relacionada à prática docente na Educação Básica na temática da deficiência visual, junto a uma produção escrita (TCC) com parte introdutória, situando a motivação do produto, o público alvo, seguido de justificativa e objetivos do desenvolvimento do produto com a

descrição da metodologia didático pedagógica que o fundamenta, a partir do embasamento teórico. O produto será submetido a avaliação por banca de três professores constituída de um professor do Programa e dois professores participantes convidados.

A elaboração e defesa oral do TCC (produto e produção escrita) é condição para o(a) discente concluir o Curso de Especialização em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Visual, sendo produzida individualmente durante a disciplina Seminário de Escrita e Produção, com o subsídio das discussões desenvolvidas nas disciplinas cursadas e nos encontros e debates ao longo do curso.

O TCC será orientado por um(a) professor(a), que deverá ser, obrigatoriamente, do quadro permanente de docentes do IBC, podendo contar com a colaboração de outro profissional de área afim, sendo este do IBC ou de uma instituição externa, sem ônus para a Instituição. A definição do(a) professor(a) orientador(a) de cada discente ficará a cargo do Programa de Residência Docente junto ao Colegiado do Curso de Especialização em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Visual, devendo ocorrer até o final do 1º semestre do curso. Deverá ser buscada, sempre que possível, uma distribuição equânime do número de orientações entre os docentes, respeitando sempre suas áreas de investigação e formação.

O TCC deverá ser escrito de acordo com as normas da ABNT e as demais normalizações e regulamentações internas. Após a avaliação, e atendida as correções, ajustes e proposições da banca examinadora (quando for o caso), o(a) discente deverá entregar à Biblioteca do Centro de Estudos e Pesquisas do IBC uma cópia digital (PDF) da versão final do TCC aprovado, a fim de compor o acervo bibliográfico do IBC.

5.10. Formação de banca examinadora e demais requisitos para certificação

O TCC (o produto e/ou a produção escrita) será apresentado, oralmente, a uma banca examinadora composta pelo(a) orientador(a) e mais dois componentes, podendo dois membros serem convidados externo de reconhecida experiência na área de desenvolvimento do trabalho.

A banca analisará a apresentação escrita e oral do TCC, considerando os seguintes critérios:

- a) Clareza e relevância da temática
- b) Objetivos do produto apresentado

- c) Aplicabilidade e/ou contribuição no campo da Educação Especial
- d) Estrutura e Coerência do trabalho

Após a defesa oral do TCC, a banca examinadora avaliará o trabalho apresentado, deliberando:

- a) Aprovado: quando o trabalho for considerado satisfatório, atingindo a qualidade necessária para a obtenção do título de Especialista.
- b) Aprovado com restrições: quando o trabalho for considerado parcialmente satisfatório, necessitando de melhoramentos e/ou ajustes essenciais para ser considerado de qualidade para obtenção do título de Especialista.
- c) Reprovado: quando o trabalho for considerado insatisfatório, ou seja, cuja qualidade não permita a obtenção do título de Especialista.

O(A) discente aprovado(a) com restrições terá até 90 (noventa) dias para apresentar uma nova versão do TCC aos membros da banca, para que seja emitida uma nova ata de defesa. Caso as modificações não sejam consideradas satisfatórias pela banca examinadora, o(a) discente será reprovado(a). O(a) discente reprovado no TCC será automaticamente desligado do Curso.

À critério da banca examinadora os TCC aprovados poderão ser indicados para publicação.

5.11. Indicadores fixados para avaliação global do curso de pós-graduação

São previstos como indicadores de desempenho do curso:

- a) Razão de evasão.
- b) Taxa de reprovação em componentes curriculares.
- c) Avaliação qualitativa periódica dos docentes e discentes quanto ao andamento do curso e sua aderência aos objetivos propostos.
- d) Avaliação qualitativa periódica dos docentes e discentes quanto ao apoio em infraestrutura e serviços administrativos do IBC.

6. INFRAESTRUTURA DO IBC

Para a realização do Curso de Especialização em Metodologias de Ensino (com Ênfase na Deficiência Visual), faz-se necessária, inicialmente, a seguinte infraestrutura:

- a) Sala de aula com capacidade mínima de 15 carteiras universitárias, mesa e cadeira para o(a) docente, quadro branco, data-show, um computador desktop, caixas de som, acesso

à internet e duas bancadas para realização de trabalhos práticos.

b) Sala da Coordenação de Curso (podendo ser compartilhada), com um computador desktop, impressora, scanner, mobiliário e acesso à internet.

c) Acesso dos(as) discentes ao laboratório de informática, acompanhado do professor da disciplina, para realização de trabalhos práticos, com capacidade mínima de 15 computadores desktop, mesas, cadeiras e acesso à internet.

d) Acesso dos(as) discentes do curso à biblioteca e acervo bibliográfico do IBC;

e) Secretaria acadêmica do curso, com secretário(a), equipamentos e materiais necessários para o funcionamento, tais como: computador desktop, impressora, scanner, mobiliário (armários, arquivos, mesas, cadeiras), linha telefônica e acesso à internet.

Atribuições da secretaria acadêmica do curso:

I) Receber e organizar toda a documentação e orientar os candidatos durante os processos anuais de seleção.

II) Encaminhar ao órgão competente, devidamente visado pelo coordenador do curso, os documentos da matrícula dos alunos.

III) Manter atualizado o cadastro dos docentes e dos discentes e o controle de registro de notas.

IV) Prestar assistência técnico-administrativa aos docentes e discentes do curso, nos assuntos ligados ao mesmo.

V) Arquivar toda documentação referente ao curso.

VI) Desenvolver atividades correlatas à secretaria do curso, tais como: preparar correspondências e comunicados, manter arquivos organizados e atualizados, confeccionar expedientes administrativos relativos ao curso, além de outras atividades de interesse do curso, em cumprimento à legislação e demais normas do mesmo.

7. MATRIZ CURRICULAR

7.1. Itinerário de formação

A Tabela 1 apresenta a organização curricular do curso em 10 disciplinas obrigatórias, sendo elas: Introdução a Educação Especial (15h), Ética e deficiência visual(15h), Prática de Ensino I (30h), Prática de Ensino II(60h), Prática de Ensino III(60h), Deficiência Visual (60h), Produção de Materiais Inclusivos e Acessíveis (60h), Seminário de Escrita e Produção I (30h), Seminário de Escrita e Produção II (30h) e

Seminário de Escrita e Produção III (30h), somadas a Atividades Complementares (30h), distribuídas ao longo de quatro semestres, configurando-se um total de 420 horas.

As disciplinas de Introdução a Educação Especial e Ética e deficiência Visual, serão oferecidas no primeiro semestre buscando introduzir o estudante teoricamente no contexto das temáticas abordadas no curso, a fim de aprimorar sua prática.

A disciplina de Deficiência Visual será oferecida no segundo semestre e tratará de possibilitar ao estudante um aprofundamento no campo da deficiência visual a partir do olhar médico e suas implicações. Esse conhecimento será oferecido na prática do estudante junto ao Departamento Médico e de reabilitação do Instituto Benjamin Constant.

A disciplina de Produção de Materiais Inclusivos e acessíveis será oferecida no terceiro semestre possibilitando ao estudante a prática de produções de materiais inclusivos e acessíveis junto ao Departamento Técnico Especializado do Instituto Benjamin Constant.

As disciplinas de Prática de Ensino I, II e III, serão distribuídas sequencialmente do primeiro ao terceiro semestre, em que o estudante poderá agenciar teoria e práticas de ensino junto ao Departamento de Educação do Instituto Benjamin Constant.

As disciplinas de Seminário de Escrita e Produção I, II e III, serão sequencialmente oferecidas a partir do segundo semestre até o quarto semestre e tratará de aprofundar o estudante no seu tema de pesquisa, estruturando seu projeto, definindo importantes na elaboração de seu produto final e sua escrita de TCC, junto ao Departamento de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão do Instituto Benjamin Constant.

O Seminário de Pesquisa direcionado pelo(a) professor(a) orientador(a) de cada discente, em dia e horário previamente combinados. O seminário será desenvolvido, a critério do(a) orientador(a), por meio de aulas expositivo/dialogadas, ex-posição de projetos, estudo de textos indicados, discussões e acompanhamento direto na elaboração do TCC (produto de pesquisa e escrita)

As atividades Complementares trata-se de participações em cursos, oficinas palestras e eventos na área de Educação Especial, dentro ou fora do Instituto Benjamin Constant. Poderão ser distribuídas ao longo dos semestres, a critério do estudante e apresentadas para conferência no 4º semestre do curso, por meio de documentos que comprovem a participação do estudante.

Tabela 1 - Estrutura Curricular do Curso

1º SEMESTRE		
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	PROFESSOR
Introdução a Educação Especial	15h	Angélica Ferreira Beta Monteiro
Ética e deficiência visual	15h	Daiana Pilar Andrade de Freitas Silva
Prática de Ensino I	30h	Daiana Pilar Andrade de Freitas Silva e Karine Pereira Vieira

2º SEMESTRE		
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	PROFESSOR
Deficiência visual	60h	Marcelo Bustamante Chilingue
Prática de Ensino II	60h	Daiana Pilar Andrade de Freitas Silva
Seminário de Escrita e Produção I	30h	Karine Pereira Vieira

3º SEMESTRE		
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	PROFESSOR
Produção de Materiais inclusivos	60h	Robson Lopes de Freitas Junior
Prática de Ensino III	60h	Angélica Ferreira Beta

		Monteiro
Seminário de Escrita e Produção II	30h	Karine Pereira Vieira

4º SEMESTRE		
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	PROFESSOR
Seminário de Escrita e Produção III	30h	Karine Pereira Vieira

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	30h
Será considerado como atividades complementares participações em oficinas, cursos, palestras, eventos na área da Educação Especial cursadas ao longo dos semestres totalizando ao final do quarto semestre, 80 horas, devidamente comprovadas por meio de certificados e/ou declarações.	

Total: 420 horas

7.2 Disciplinas, ementas, carga-horária, objetivos e bibliografia

Carga horária: 15 horas -aula	Disciplina: Introdução a Educação Especial
<p>Ementa: Evolução histórica da escolarização de pessoas com necessidades especiais. Política mundial e nacional de Educação Especial: a nova LDB. Tendências e desafios atuais da Educação Especial. Estudo crítico de questões conceituais (filosóficas-éticas-políticas) relativas às necessidades especiais no contexto da Educação Inclusiva.</p> <p>Objetivos: Conhecer os fundamentos básicos sobre a Educação Especial, seus impasses e possibilidades, refletindo sobre as relações entre Educação Especial e sociedade na criação de preconceitos e estigmas; analisando a dimensão histórica do significado da concepção de deficiência e de necessidades educativas especiais.</p> <p>Bibliografia: BAPTISTA, C. R.; SILVA, M. C. Formação, cotidiano(s) e educação especial. Educação e Fronteiras On-line, v. 5, n.13, p. 31-46, mai-ago, 2015.</p>	

BRASIL.Casa Civil. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília/DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 2017.

DINIZ, D. O que é deficiência. Editora Brasiliense. São Paulo, 2012.

DINIZ, D; BARBOSA, L; SANTOS, W. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. In: DINIZ, D; SAN-TOS, W (Orgs). Deficiência e Discriminação. Brasília: Letras Livres - EdUnB, 2009.

HEGARTY, Seamus. European Journal of Special needs Education. New York: Routledge, Vol 28, Number 2, 2013.

JESUS, Denise Meyrelles de. BAPTISTA, Claudio Roberto. CAIADO, Katia Regina Moreno. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2013. (p 43-62, p 21- 42, p 197-218, p 275-294)

LOBO, Lilia Ferreira. Os infames da História: pobres, negros e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LUNARDI, Márcia Lise. Medicalização, reabilitação, normalização: uma política de educação especial. Educação on-line. Dez/2002.

PICCOLO, Gustavo Martins. O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária. Curitiba: Appris, 2022.

SILVA, R. H. R. Contradições, desafios e perspectivas na formação de professores de educação especial/educação inclusiva no contexto de execução do PNE (2014-2024). X Seminário Nacional do HISTEDBR, UNICAMP, Campinas, 18 a 21 jul 2016. Anais.... Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/eventos/histedbr2016/anais/pdf/852-2757-1-pb.pdf>. Acesso em: 05 mar 2018.

SKLIAR, Carlos. La pronunciación de la diferencia entre lo filosófico, lo pedagógico y lo literario. Pro-Posições, v. 26, n. 1, p. 29-47 | jan./abr., 2015.

SKLIAR, Carlos. Seis perguntas sobre a questão da inclusão ou de como acabar de uma vez por todas com as velhas -e novas- fronteiras em educação. Pro-Posições (Unicamp), Campinas, v. 12, n. 2-3, p. 11-21, 2001.

Carga horária:
15 horas -aula

Disciplina: Ética e Deficiência Visual

Ementa:

A educação com acontecimento ético. Conceito de deficiência desassociado da ideia de falta. A deficiência visual a partir de múltiplos olhares. Conceito de ética, associado a ideia de responsabilidade. Singularidades, encontros e diferença no ensino de pessoas com deficiência visual.

Objetivos:

Fazer pensar nas relações educativas na temática da deficiência visual, do ponto de vista de uma ética desassociada da moral, tendo em vista a produção de deficiência visual ao longo da história, afirmando a diferença que há entre corpos.

Bibliografia:

BÁRCENA, Fernando. La educación como acontecimiento ético: Natalidad, narración y hospitalidad (Spanish Edition). Miño y Dávila editores. Edição do Kindle, 2014.

DELEUZE, Gilles. Espinosa e o problema da expressão. Tradução GT Deleuze 12- Luiz B. L. Orlandi (coord.). São Paulo: editora 34, 2017.

DELIGNY, Fernand. O aracniano e outros textos. São Paulo, n-1 edições, 2018.

ESPINOSA, Baruch de. Ética. Tradução Grupo de Estudos Espinosanos - Marilena Chaui (coord). São Paulo: EDUSP, 2015.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: FOUCAULT, Michel. Ética, Sexualidade e Política. Ditos e escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária Passagens, 2006a. p. 264-287.

HARA, T. Ensaios sobre a singularidade. São Paulo: Intermeios; Londrina: Kan Editora, 2012.

HERMANN, Nadja. Ética & Educação: outra sensibilidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LARROSA, Jorge. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, v.29, p.27-43, jan/jun. 2004.

LOBO, Lilia Ferreira. Os infames da História: pobres, negros e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

RIBETTO, Anelice; CALLAI, Cristiana (orgs). Uma escrita acadêmica outra: Ensaios, experiências e invenções. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade "deficiente" a partir dos significados da normalidade. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, v.24, p.15-32, jul/dez. 1999.

SKLIAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí? Tradução Giane Lessa. Rio de Janeiro DP&A, 2003.

SKLIAR, Carlos. A escuta das diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2019.

SKLIAR, Carlos. La pronunciación de la diferencia entre lo filosófico, lo pedagógico y lo literario. Pro-Posições, v. 26, n. 1, p. 29-47 | jan./abr., 2015.

FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Livia do; MARASCHIN, Cleici (orgs). Pesquisar na diferença: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 9-12.

Carga horária: 30 horas -aula	Disciplina: Prática de Ensino I
Ementa: Observação, acompanhamento e participação em atividades pedagógicas. Conhecimento e participação da dinâmica institucional a partir da prática docente vinculado ao Programa de Residência Docente do Instituto Benjamin Constant.	
Objetivos: Permitir ao aluno matriculado na pós uma vivência na prática diária como docente, no processo de ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência visual.	
Bibliografia: ALMEIDA, L. A. A.; SILVA, J. F.; LINS, C. P. A. Movimento curricular para prática docente de estudantes-professores em formação. Linhas Críticas, Brasília, DF, v., n. 46, p. 645-664, set./dez. 2015. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997. VENTORINI, Sílvia Helena; SILVA, Patrícia Assis da; ROCHA, Fernanda Siega. Deficiência visual, práticas pedagógicas e material didático. São João del-Rei, MG: Agência Carcará, 2016.	
A bibliografia será complementada pelo professor supervisor que orientará o	

estudante na prática da Residência Docente.

Carga horária: 60 horas -aula	Disciplina: Deficiência Visual
Ementa: Deficiência visual - conceituação e classificação; noções gerais sobre o funcionamento visual; principais patologias e seus reflexos no desenvolvimento e na escolaridade; sinais indicadores de baixa visão; avaliação clínica e funcional; recursos especializados ópticos e não ópticos; enfoque pedagógico, reabilitação.	
Objetivos: Conhecer as principais características da deficiência visual e suas possíveis implicações no desenvolvimento de pessoas consideradas com deficiência visual.	
Bibliografia: BARBOSA, IMR; GAGLIARDO, HGRG; BRUNO, MMG; GASPARETTO, MERF. Avaliação da visão funcional em crianças com deficiência visual e múltipla deficiência como estratégia de apoio para professores e responsáveis. Revista Educação Especial, v. 31, n. 61, p. 387-404. Santa Maria 2018. BOOTH, T.; AINSCOW, M. Index para a inclusão desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. Traduzido para o português brasileiro por Mônica Pereira dos Santos e João Batista Esteves (LaPEADE) 3ª Edição. 2011. BRUNO, MMG. O desenvolvimento da criança com deficiência visual: da intervenção precoce à inclusão na educação infantil. Laramara. 3ª edição, São Paulo. 2022. BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Deficiência Visual: Reflexão sobre a prática pedagógica. Laramara – Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual. São Paulo, 1997. COUTO-JUNIOR, A.; OLIVEIRA, L. A. G. As principais causas de cegueira e baixa visão em escola para deficientes visuais. Rev Bras Oftalmol. 2016; 75 (1): 26-9. 2015. COSTA, Jane de Almeida. Adaptando para a Baixa Visão. Pnabv – Projeto Nacional para Alunos com Baixa Visão, MEC – Secretaria de Educação Especial, Brasília/DF, 2000. COSTA FILHO, Helder; HADDAD, Maria Aparecida O.; SAMPAIO, Marcos Wilson; SIAULYS, Mara Olímpia de C. Baixa Visão e Cegueira: Os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão. Rio de Janeiro: Cultura Médica, Guanabara Koogan, 2010.	

DAINEZ, Débora; SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. O conceito de compensação no diálogo de Vigo-tski com Adler: desenvolvimento humano, educação e deficiência. Educ. Pesqui., São Paulo , v. 40, n. 4, p. 1093-1108, Dec. 2014.

DINIZ, D. O que é deficiência. Editora Brasiliense. São Paulo, 2012.

DINIZ, D; BARBOSA, L; SANTOS, W. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. In: DINIZ, D; SAN-TOS, W (Orgs). Deficiência e Discriminação. Brasília: Letras Livres - EdUnB, 2009.

HADDAD, Maria Aparecida O. [et al]. Deficiência Visual: medidas, terminologia e definições. e-Of-talmo. CBO: Rev. Dig. Oftalmol. vol. 1, n. 2, p. 1-7, 2015

SASSAKI, R.K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Revista Nacional de Reabilitação. São Paulo, nº 5., p. 6-9 24 jan./fev. 2002.

VIANNA, P.M.M; RODRIGUES, M.R.C, Caracterização da Deficiência Visual. (in) Psicologia do de-senvolvimento e da linguagem do Deficiente Visual. UNIRIO, Rio de Janeiro. 2008.

ZERBATO, AP; MENDES, E.G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Educação Unisinos 22(2):147-155, abril-junho 2018.

Carga horária: 60 horas -aula	Disciplina: Prática de Ensino II
Ementa: Observação, acompanhamento e participação em atividades pedagógicas. Conhecimento e participação da dinâmica institucional a partir da prática docente vinculado ao Programa de Residência Docente do Instituto Benjamin Constant.	
Objetivos: Permitir ao aluno matriculado na pós uma vivência na prática diária como docente, no processo de ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência visual.	
Bibliografia: ALMEIDA, L. A. A.; SILVA, J. F.; LINS, C. P. A. Movimento curricular para prática docente de estudantes-professores em formação. Linhas Críticas, Brasília, DF, v., n. 46, p. 645-664, set./dez. 2015. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.	

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

VENTORINI, Sílvia Helena; SILVA, Patrícia Assis da; ROCHA, Fernanda Siega. Deficiência visual, práticas pedagógicas e material didático. São João del-Rei, MG: Agência Carcará, 2016.

A bibliografia complementar será oferecida pelo professor supervisor que orientará o estudante na prática da Residência Docente.

Carga horária: 30 horas -aula	Disciplina: Seminário de Escrita e Produção I
Ementa: A produção de escrita na Educação e as perspectivas de conhecimento. Modos de fazer pesquisa na diferença. Linguagens que suporte o encontro educativo com pessoas consideradas com deficiência visual.	
Objetivos: Possibilitar um conhecimento inicial dos modos de escrever e pesquisar como linguagem da educação, assim como pensar nas perspectivas históricas de conhecimento que envolve as produções no campo da Educação de pessoas com Deficiência Visual.	
Bibliografia: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. vol. 1. (2ªed). Tradução de Ana L. de Oliveira, Aurélio G. Neto e Célia P. Costa. São Paulo: Editora 34, 2011. FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (orgs). Pesquisar na diferença: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2015, p.69-72. LARROSA, Jorge. Epílogo: A arte da conversa. In: SKLIAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí? Tradução Giane Lessa. Rio de Janeiro DP&A, 2003, p.211-224. LARROSA, Jorge. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, v.29, p.27-43, jan/jun. 2004. LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p.04-27, jul./dez. 2011a.	

LARROSA, Jorge. Linguagem e educação depois de Babel. Traduzido por Cynthia Farina. Edição Kindle. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2014.

LARROSA, Jorge. Literatura, experiencia y formación. (Entrevista por Alfredo J.da Veiga Neto). In: La experiencia de la leictura. Estudios sobre literatura y formación. Edição Kindle. México: Fondo de Cultura Económica: 2011b, p.i.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p.20-28, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

LARROSA, Jorge. Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas. 6ªed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LARROSA, Jorge. Uma lengua para la conversación. In. LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Coordinadores). Entre Pedagogia y Literatura. Buenos Aires: Miño & Dávila, 2013, p.25-39.

MANSO, Carolina Cardoso. Narrativas do não ver: (re) criações do corpo e do cegar. Niterói: editora da UFF, 2015.

NAJMANOVICH, Denise. O feitiço do método. In: GARCIA, Regina Leite. Método métodos e contramétodo (Org.). São Paulo: Cortez, 2003.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade "deficiente" a partir dos significados da normalidade. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 24, p.15-32, jul/dez. 1999.

SKLIAR, Carlos. Desobedecer a linguagem: Educar. Tradução Giane Lessa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SKLIAR, Carlos. Experiências com a palavra: notas sobre linguagem e diferença. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

SKLIAR, Carlos. Lo dicho, lo escrito, lo ignorado. Ensayos mínimos entre Educación, Filosofía y Literatura. Buenos Aires: Miño & Dávila, 2011.

RIBETTO, Anelice; CALLAI, Cristiana (orgs). Uma escrita acadêmica outra: Ensaios, experiências e invenções. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016, p. 07-11.

RIBETTO, Anelice (org). políticas, poética e práticas pedagógicas (com minúsculas). Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2014.

Carga horária: 60 horas -aula	Disciplina: Produção de Materiais Inclusivos e Acessíveis
--	--

Ementa:

Conceituação, classificação e função de recursos e materiais didáticos utilizados pela pessoa com deficiência visual. Conceituação e caracterização de texturização envolvendo materiais necessários e acessórios. Confecção de materiais inclusivos para o ensino de pessoas com deficiência visual.

Objetivos:

Fornecer aos alunos conhecimentos e técnicas para produzir material didático adequados e inclusivos para o ensino de pessoas com deficiência visual.

Bibliografia:

BALLASTERO-ÁLVAREZ, J. A. Multissensorialidade no ensino de desenho a cegos. Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, SP, 2003.

CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, M. A. Os recursos didáticos na Educação Especial. Revista Ben-jamin Constant, Rio de Janeiro, nº 5, p.15-20, 1996.

SILVA, A. C.; SANTOS, L. S.; PENCO, V. S. N.; ESTEVAO, A. P. S. S. Química ao alcance das mãos: produção de uma estação de tratamento de água bidimensional tátil para alunos com deficiência visual. In: Eduardo Gomes Onofre; Margareth Maria de Melo; Sandra Meza Fernandez. (Org.). E-book: Construindo diálogos na educação inclusiva: acessibilidade, diversidade e direitos humanos. 1ed.Campina Grande: Realize Editora, 2020, v. 1, p. 1256-1275.

SILVA, A. C.; CID, T. P.; ROCHA, A. C. S.; PENCO, V. S. N.; ESTEVAO, A. P. S. S. Recurso didático acessível sobre processos de separação de misturas para alunos com deficiência visual. Brazilian Journal of Development, v. 7, p. 5871-5884, 2021.

SILVA, A. C.; CID, T. P.; PENCO, V. S. N.; ESTEVAO, A. P. S. S. Cinética química na ponta dos dedos: um recurso de tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual. In: Paula Almeida de Castro. (Org.). Ebook: Educação como (re)Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos. 1ed.Campina Grande: Editora Realize, 2021, v. 1, p. 546-565.

SILVA, J. Guia prático para adaptação em relevo. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. SANTA CATARINA, 2011.

JORGE, V. L. Recursos didáticos no Ensino de Ciências para alunos com deficiência visual no Instituto Benjamin Constant. Monografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

SANTA CATARINA (ESTADO). Guia prático para adaptação em relevo. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. Santa Catarina, 2011.

SONZA, A. P.; SALTON, B. P.; STRAPAZZON, J. A. O uso pedagógico dos recursos de tecnologia assistiva. Companhia Rio-grandense de artes gráficas (CORAG), 2015.

Carga horária: 60 horas -aula	Disciplina: Prática de Ensino III
Ementa: Observação, acompanhamento e participação em atividades pedagógicas. Conhecimento e participação da dinâmica institucional a partir da prática docente vinculado ao Programa de Residência Docente do Instituto Benjamin Constant.	
Objetivos: Permitir ao aluno matriculado na pós uma vivência na prática diária como docente, no processo de ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência visual.	
Bibliografia: ALMEIDA, L. A. A.; SILVA, J. F.; LINS, C. P. A. Movimento curricular para prática docente de estudantes-professores em formação. Linhas Críticas, Brasília, DF, v., n. 46, p. 645-664, set./dez. 2015. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997. VENTORINI, Sílvia Helena; SILVA, Patrícia Assis da; ROCHA, Fernanda Siega. Deficiência visual, práticas pedagógicas e material didático. São João del-Rei, MG: Agência Carcará, 2016. A bibliografia complementar será oferecida pelo professor supervisor que orientará o estudante na prática da Residência Docente.	

Carga horária: 30 horas -aula	Disciplina: Seminário de Escrita e Produção II
A Ementa, conteúdo programático, objetivos e referências bibliográficas serão definidos e apresentados pelo Professor(a) orientador(a) de cada discente.	

Carga horária: 30 horas -aula	Disciplina: Seminário de Escrita e Produção III
A Ementa, conteúdo programático, objetivos e referências bibliográficas serão definidos e apresentados pelo Professor(a) orientador(a) de cada discente.	

8. LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA CADASTRADOS NO IBC

A especialização em Educação Especial com ênfase em Deficiência Visual se encontra alinhada a Linha 1 de pesquisa “Corpo, linguagem, arte e cognição”, vinculado ao projeto 10 - Modos de ver na diferença.

Linha 1- Corpo, linguagem, arte e cognição.

Esta linha de pesquisa abrange estudos dedicados ao corpo e suas representações sociais, à subjetividade dos corpos, aos modos e meios como o corpo estrutura a psicomotricidade, a cognição e como desenvolve diferentes linguagens (gestos, expressões corporais e poéticas, língua, arte e literatura). Abrange também estudos que envolvam o corpo fisiológico no tocante aos fatores que interferem no desenvolvimento cognitivo e psicopedagógico em pessoas com deficiência visual. Contempla a temática do esporte, suas manifestações culturais e sociais, e o desenvolvimento de suas práticas e subjetividades voltadas para a pessoa com deficiência visual. Considera ainda estudos que abordem a aquisição e desenvolvimento de linguagem e de língua da pessoa com deficiência visual nas modalidades oral e escrita, o processo de ensino e aprendizagem de língua e literatura, valorizando a leitura e a escrita em seus aspectos socioculturais e linguístico-expressivos, assim como as diferentes linguagens artísticas.

Projeto Modos de ver na Diferença

O projeto tem por objetivo pensar, em rede, o que nos acontece na experiência (encontro) com pessoas ditas com deficiência visual a partir de uma perspectiva ética do encontro.

Com a pesquisa pretendemos dar a ver o que se produz no encontro entre educadores e crianças diagnosticadas com deficiência visual: encontro entre corpos. Quais os efeitos do encontro? Como efeitos narrados (experiência) pode nos ajudar a problematizar os modos de ver no campo educacional? Pretende-se a partir dessas problematizações produzir, modos outros de ver, que potencialize o que há de singular na diferença, como um gesto de responsabilidade, portanto ético. No âmbito das linguagens, pensar em rede nos permite um acolhimento a diversas formas de expressões como movimentos formativos, no encontro e na produção de sua escrita, cartas, expressões poéticas, anotações, diários, entre outras que suportam a multiplicidade do encontro na diferença, nos permitindo uma formação profissional ampla, necessária quando pensamos nas propostas de materiais, e na formação de profissionais na temática da deficiência visual.

9. CORPO DOCENTE

Os requisitos para participar do corpo docente do curso são:

a) Qualificação mínima de mestre, obtida em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu reconhecido pela CAPES/MEC.

b) Reconhecida experiência acadêmico-científica na área/disciplina em que irá atuar, comprovada após análise curricular e parecer da Comissão Deliberativa. Excepcionalmente, poderão ser aceitos docentes com formação em nível de especialização, desde que seja comprovada sua experiência na área/disciplina que irá ministrar, e que o quantitativo total desses professores não ultrapasse 20% (vinte por cento) do corpo docente do curso. De qualquer forma, a participação de docentes com formação em nível de especialização nas atividades do curso dependerá de análise e parecer da Comissão Deliberativa.

Eventualmente, e após análise e decisão da Comissão Deliberativa, docentes externos poderão ser convidados para atuarem do curso, desde que sejam respeitados os requisitos de titulação mínima e formação e experiência acadêmico-científica na área/disciplina/atividade prevista.

Além das atribuições constantes do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IBC, cabe também aos docentes do curso objeto deste PPC:

a) Responsabilizar-se pelo cumprimento do cronograma de execução de sua disciplina e pela elaboração e entrega do respectivo plano de ensino.

b) Propor alterações nos planos de ensino de suas disciplinas, quando necessárias.

- c) Encaminhar à secretaria acadêmica do curso as atas de defesa dos trabalhos de conclusão de curso.
- d) Emitir parecer sobre os pedidos de aproveitamento de disciplinas realizadas em programas de pós-graduação de outras instituições, ou do próprio IBC, mediante análise dos documentos apresentados pelos requerentes.
- e) Coordenar todas as atividades didáticas e administrativas inerentes à sua disciplina.
- f) Organizar com os discentes a realização de provas e trabalhos presenciais em segunda chamada, quando for necessário.
- g) Deliberar sobre os assuntos de sua competência que porventura não tenham sido previstos neste PPC.

9.1. Tabela com nome, formação, CPF, RG e SIAPE

NOME	FORMAÇÃO	CPF	RG	SIAPE
Angélica Ferreira Beta Monteiro	Graduação em Pedagogia; Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional; Mestre em Diversidade e Inclusão; Doutora pelo Programa de Ensino em Biociências e Saúde (FIOCRUZ)	XXXXXX	XXXXXX	2040850
Daiana Pilar Andrade de Freitas Silva	Graduação em Pedagogia, Especialista em Educação especial, Especialista em Literatura Infanto-Juvenil, Mestretre em Educação(UERJ), Doutora em Educação (UERJ)	XXXXXX	XXXXXX	1341005
Karine Vieira Pereira	Graduada em Letras: português-literaturas pela Universidade Estácio de Sá. Doutora em Linguística e Mestre em Linguística pelo PPGLing da UFRJ.	XXXXXX	XXXXXX	1026779
Marcelo Bustamante	Licenciatura em LETRAS pela	XXXXXX	XXXXXX	2180539

Chilingue	<p>Universidade Estácio de Sá (2003), PEDAGOGIA pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012), Bacharelado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Norte do Paraná (2018). Mestrado em Educação Profissional em Saúde - EPSJV - FIOCRUZ (2018), Mestrado en Educación pela Universidad de Jaén, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inclusão - PGCTIn - UFF.</p>			
Robson Lopes de Freitas Junior	<p>Doutor em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Geomática pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduado em geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui especialização em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD, pela Universidade Federal Fluminense (UFF).</p>	XXXXXX	XXXXXX	2040695

9.2. Currículo resumido dos professores

Angelica Ferreira Bêta Monteiro. Licenciada e Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade do Grande Rio (Unigranrio). Mestre em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutora pelo Programa de Ensino em Biociências e Saúde (IOC/FIOCRUZ). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Benjamin Constant (IBC). Atualmente, desenvolve pesquisas sobre os processos de ensino e aprendizagem de Ciências e alfabetização para alunos com deficiência visual a partir das Teorias Histórico-cultural e da Atividade.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8368568869437452>

Daiana Pilar Andrade de Freitas Silva. Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/FFP-UERJ (2023). Mestra em educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/FFP-UERJ (2018). Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade de Educação São Luis /FESL (2017). Especialista em Literatura Infantojuvenil pela Universidade Federal Fluminense/UFF (2011). Licenciada em Pedagogia pela UFF (2008). Atuou como professora na Prefeitura Municipal de São Gonçalo (2011), foi Orientadora Educacional da Prefeitura Municipal de Maricá (2013). Professora (2013) e Coordenadora Pedagógica (2014) da Prefeitura Municipal de Itaboraí. Atualmente é Professora de Ensino Básico Técnico e Tecnológico na Educação Infantil e do Mestrado Profissional em Ensino na Temática da Deficiência Visual do Instituto Benjamin Constant e vice-líder do Coletivo Diferenças e Alteridade na Educação (UERJ/FFP), onde pensa com outros sujeitos da educação, entre políticas, práticas e poéticas, como educadores, negociam cotidianamente os diferentes modos de ser e estar no mundo para se relacionar e trabalhar coletivamente numa perspectiva ética do encontro.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5128215757332407>

Karine Vieira Pereira. Doutora em Linguística e Mestre em Linguística pelo PPGLing da UFRJ sob orientação da Professora Titular Emérita Miriam Lemle com a dissertação "Um Estudo da Interface Sintático-Semântica entre Verbetes das Línguas Francesa e Portuguesa". Graduada em Letras: português-literaturas pela Universidade Estácio de Sá. Estuda a área de Linguística com ênfase em Teoria e Análise Linguística e Psicolinguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Sintaxe, Interface sintaxe-

Semântica, Etimologia, Mudança Semântica. É membro do Laboratório LIFSS, coordenado pela professora Miriam Lemle e do grupo de pesquisa Língua Portuguesa e Educação Especializada: novas perspectivas para o processo de ensino-aprendizagem para alunos com deficiência visual do Instituto Benjamin Constant, coordenado pela professora Márcia Gomes. Atua como Professora Efetiva de Língua Portuguesa no Instituto Benjamin Constant.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1469224180144286>

Marcelo Bustamante Chilingue. Possui Licenciatura em LETRAS pela Universidade Estácio de Sá (2003), PEDAGOGIA pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012), Bacharelado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Norte do Paraná (2018). Mestrado em Educação Profissional em Saúde - EPSJV - FIOCRUZ (2018), Mestrado en Educación pela Universidad de Jaén, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inclusão - PGCTIn - UFF. Atualmente é diretor do Departamento de Estudos e Pesquisas médicas e de Reabilitação - DMR/IBC, atuando, também, como professor EBTT - Informática Educativa na DRT. Coordenador de disciplina História da Educação do curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade EaD da UENF. Tem experiência na área de Informática, Novas Tecnologias e Acessibilidade Digital para Deficientes Visuais.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2035004854637504>

Robson Lopes de Freitas Junior. Doutor em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Geomática pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduado em geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui especialização em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD, pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de cartografia, geotecnologias e ensino de Geografia. Atualmente é professor do quadro permanente do Instituto Benjamin Constant, atuando na docência de geografia para alunos com deficiência visual, produção de material didático especializado e elaboração de mapas táteis. Também presta consultoria na Divisão de Pesquisa e Produção de Material Especializado do Instituto Benjamin Constant (DPME-IBC) na área de produção de mapas táteis.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6830872380515826>

